



MARIADITA

SENEPOL

JAGUARIÚNA



Em dia de campo na AgroBrasília, visitantes conhecem tecnologia do Plano ABC+



O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) promoveu, nesta sexta-feira (20), um Dia de Campo na edição da AgroBrasília 2022, a maior feira agropecuária do Planalto Central. Com o objetivo de mostrar umas das tecnologias do Plano ABC+, o tema do evento foi Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF): Um aumento da produtividade na pecuária de leite.

O coordenador de Sistemas Agropecuários Conservacionista e Sustentáveis do Mapa, Elvison Ramos, enfatizou a importância da iniciativa para levar mais informações aos produtores, estudantes e técnicos sobre essa tecnologia.

“O grande objetivo do Dia de Campo é que os visitantes olhem e identifiquem que é possível plantar milho e capim, colher o milho e depois já ter o capim. Assim, conseguimos reduzir as áreas de produção e aumentar a produtividade”.

No local, quatro tendas foram instaladas em área florestal para receber os visitantes, que foram divididos em pequenos grupos. A primeira tenda, organizada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), era sobre o Programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) na Pecuária Leiteira. Segundo o palestrante Guilherme Scattone, o programa é a essência do trabalho do Senar no campo junto aos produtores.

Na segunda, representantes da Embrapa Cerrados mostraram os resultados da produção

e reprodução de bovinos de leite em uma área que adota a tecnologia de ILPF. A pesquisadora Isabel Ferreira apresentou dados que comprovam a viabilidade da tecnologia e como os animais respondem em uma área de Integração Lavoura-Floresta. Estudo da Embrapa Cerrados mostra que uma vaca produz mais leite por dia quando é ofertada sombra ao rebanho, com ganhos de até 24%.

Já em outro espaço, o tema abordado foi “Diversificação de pastagens: alternativa simples e de baixo custo para a intensificação dos sistemas de produção pecuário”. Também conduzido pela Embrapa Cerrados, os visitantes conheceram os benefícios de se ter mais de duas pastagens de forrageiras em uma única propriedade e como otimizar a produção animal da área.

Fechando o circuito, na tenda do Mapa, os visitantes participaram de uma conversa sobre o programa Águas do Agro e o Plano ABC, políticas públicas conduzidas pelo o Ministério e que auxiliam o produtor rural a adotar técnicas sustentáveis de produção e preservação da água e do solo na propriedade.

O supervisor de Transferência de Tecnologia da Embrapa, Sérgio Abud, explicou as vantagens que o ILPF traz ao produtor. “Na Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, nós temos o componente floresta que é muito importante, porque a sombra da floresta oferece bem-estar animal e a madeira pode ser negociada,

Dr. Caius Godoy (Dr. da Roça) agora aqui todas as semanas



Aos que ainda não me conhecem, meu nome é Caius Godoy, advogado e administrador de empresas com atuação exclusiva no agronegócio. De uma família de produtores rurais do interior de São Paulo, a querida Duartina, tento através do meu trabalho levar informações para dentro da porteira, sendo elas envolvendo o Direito, ou não. Hoje tenho escritório nas cidades de Campinas e Jaguariúna e com muito orgulho sou conhecido e chamado carinhosamente pelos meus amigos e clientes, como o Dr. da Roça. Espero que gostem da minha coluna semanalmente falando sobre o mundo agro e agradeço pela oportunidade do Grupo O Regional de comunicação. E como sempre finalizo, tchaaau obrigado!!

além da fixação de carbono. Neste sistema de produção os gases de efeito estufa são emitidos, então a floresta juntamente com toda produção fixa o carbono, dando mais sustentabilidade para o meio ambiente”.

O estudante de agronomia, Alciel Vieira, ficou atento a todos os temas. Para ele, participar do evento foi uma experiência enriquecedora. “O Dia de Campo foi maravilhoso. Uma experiência prática sempre ajuda, a gente sai do ambiente de sala de aula e tem contato com produtores, pesquisadores da Embrapa, trazendo novidades, o que tem de mais moderno e mostrando como vai ser o futuro”.

O Dia de Campo é uma realização do Mapa, da AgroBrasília, da Embrapa Cerrados, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF) e da Superintendência Federal de Agricultura no Distrito Federal (SFA-DF).

O ILPF

A Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) promove a recuperação de áreas de pastagens degradadas agregando, na mesma propriedade, diferentes sistemas produtivos, como cul-

tivo de grãos, fibras, criação de gado, leite e agroenergia. Busca melhorar a fertilidade do solo com a aplicação de técnicas e sistemas de plantio adequados para a otimização e a intensificação de seu uso.

Dessa forma, permite a diversificação das atividades econômicas na propriedade e minimiza os riscos de frustração de renda por eventos climáticos ou por condições de mercado.

Maior feira agropecuária do Planalto Central

A Feira AgroBrasília, realizada de 17 a 21 de maio, teve o objetivo de levar ao campo as tecnologias, os sistemas e os processos mais modernos do mercado, tendo como área de abrangência o Centro-Oeste, Minas Gerais e alguns outros estados.

Nos cinco dias, produtores, empresas, pesquisadores, estudantes, profissionais do agro, puderam conhecer produtos, serviços e tecnologias, em setores como o de máquinas, implementos agrícolas, insumos, veículos, biotecnologia, genética animal e vegetal, agricultura familiar, além da presença de instituições formadoras e de pesquisa e extensão rural.

Brasil terá semana com onda de frio e geada



Pesquisas da Embrapa com cereais de inverno, como o trigo, triticale, aveia e cevada têm consolidado o uso dessas plantas na alimentação de bovinos na Região Sul do Brasil. Seja para suprir a escassez de forragens ou como alternativa ao uso do milho, o fato é que os cereais de inverno estão se destacando como opções sustentáveis e rentáveis para a alimentação animal. Paralelamente, um estudo recente mostra que, assim como o melhoramento genético, a alimentação do gado está diretamente relacionada à qualidade da carne. E é nesse cenário que os cereais de inverno começam a ganhar espaço no mercado de proteína animal.

O tema “qualidade e segurança do alimento” foi eleito como o quinto mais relevante na “Pesquisa sobre as Prioridades da Pecuária de Corte Brasileira”, no recorte da Região Sul do Brasil, que entrevistou 735 participantes de 193 municípios em 2021. Costela, maminha, picanha, fraldinha, alcatra, coxão mole, coxão duro, filé-mignon e patinho; os cortes são variados, sem contar as vísceras que também agradam muita gente. Mas por trás do produto exposto para a venda nas gondolas dos supermercados e açougues estão cada dia mais intrínsecos temas como origem da carne e bem-estar do animal, ou seja, como esse bovino nasceu, foi criado e abatido. Já é cientificamente comprovado que a qualidade da carne está diretamente relacionada a como se deu cada um desses fatores.

É no campo que quase tudo acontece, com a alimentação do animal cumprindo papel determinante nesse processo. “Além da genética, o sistema de criação e terminação do animal interfere diretamente nas características da carne. Entre um extremo, de produção somente com pastagens, até o outro extremo, de confinamento total, com alimentação por grãos, há a formação de produtos totalmente diferentes”, explica a pesquisadora Élen Nalério, da Embrapa Pecuária Sul (RS). Essa diferença se dá não apenas no tipo de gordura formada, mas, consequentemente, no sabor e aroma dessa carne. “Os bovinos são animais naturalmente prontos para fazer a digestão de fibras, de pasto. Para fazer a digestão de grãos, eles precisam passar por uma adaptação. Essa variação de alimentação faz com que sejam formadas gorduras totalmente diferentes, e isso interfere também no sabor e aroma do produto”, ressalta a pesquisadora.

Enquanto a carne produzida nos campos tem uma cor viva e gordura mais amarelada, a de confinamento é mais pálida e possui gordura mais branca. Conforme Élen, o pasto tem carotenoides, que conferem a cor amarela à gordura. Já a cor da carne sofre influência de maior ou menor presença das mioglobinas. “O animal no pasto caminha mais, e precisa oxigenar a musculatura, o que aumenta o teor de mioglobina e origina a cor vermelho mais intenso na carne”, explica ela.

Nos campos Sul-brasileiros, a alimentação dos animais é composta em sua maior parte pela rica variedade dos campos naturais e dietas baseadas em forragens, que dão origem a um produto com perfil de gordura mais saudável. Quando os ruminantes são alimentados com dietas baseadas em forragens, fornecem carnes com maior teor de ácidos graxos do tipo ômega 3. Paralelo a isso, animais terminados com dietas mais intensivas, com alta composição de grãos, renderão carnes com maior teor de ômega 6.

“Uma das biofábricas mais sustentáveis do mundo certamente está presente no estômago dos ruminantes. O rúmen, através da ação de microrganismos, é capaz de transformar a celulose das gramíneas em proteína animal de alta qualidade para alimentação humana”, avalia o engenheiro agrônomo da Embrapa Trigo (RS), Giovanni Faé, destacando que manejo adequado das pastagens também pode representar sustentabilidade do planeta: “Pesquisas da Embrapa mostraram que um bom manejo de pastagens pode representar um equivalente em crédito de carbono ao plantio de 6,27 árvores de eucalipto, anualmente, por animal”.

Oferta de alimento de qualidade no campo

A maior parte da Região Sul do Brasil é privilegiada pelo ambiente favorável para duas colheitas anuais de grãos, mas também existem períodos de déficit hídrico, frio e excesso de umidade, que dificultam o manejo e implicam em sazonalidade produtiva das pastagens.

A escassez de forragens no campo é marcada por duas épocas desafiadoras para o pecuarista Sul-brasileiro: o vazio forrageiro outonal (março a maio) e o vazio forrageiro primaveril (setembro a novembro). A sazonalidade produtiva das pastagens está associada tanto às condições climáticas, quanto ao ciclo de crescimento das espécies forrageiras. Em geral, a maioria das pastagens disponíveis na Região Sul é composta por espécies de crescimento na estação quente, quando florescem, frutificam e maturam, chegando ao final do verão com estrutura fibrosa, plantas com mais colmos do que folhas, que perdem drasticamente o valor nutritivo.

O planejamento forrageiro é uma estratégia para reduzir a escassez de alimento dos rebanhos ao longo do ano a partir da oferta diversificada de pasto e forragens conservadas. A Embrapa disponibiliza cultivares de gramíneas e leguminosas forrageiras, tanto de inverno como de verão, anuais e perenes, com picos de produção em diferentes épocas do ano que, associadas a práticas de manejo, podem fornecer alimento de alto valor nutritivo em sistema de integração lavoura-pecuária (ILP).

Parte relevante do planejamento forrageiro deve-se especialmente aos cereais de inverno, como o trigo, o centeio, triticale e a aveia, além do azevém, que têm o papel crucial de prover alimento no outono e no inverno no Sul do Brasil, importante para a sustentabilidade pecuária quando da escassez de pastagens naturais, ou mesmo as cultivadas. “Existe uma grande ociosidade de áreas no inverno que podem ser manejadas para produzir altos volumes de forragens. Com o avanço da soja em detrimento da pecuária, o gado acaba confinado a espaços cada vez mais restritos e depende da suplementação no cocho. Esse alimento pode ser produzido no inverno e armazenado, a partir de feno, silagens, grãos secos ou mesmo palha para suprir demanda em períodos adversos ou para sistemas de produção intensivos”, explica o pesquisador da Embrapa Trigo Renato Fontaneli.

Outra alternativa para melhorar a nutrição especialmente nos períodos de vazio forrageiro é o Pasto sobre Pasto, técnica baseada no aumento da diversidade de plantas forrageiras de ciclos de produção diferentes, mas com características que se complementam. O sistema tem como princípio uma integração funcional, tanto em relação às

espécies forrageiras diferentes, como em sistemas integrados com lavouras, com ganhos em ambos os casos.

Segundo a pesquisadora da Embrapa Pecuária Sul Márcia Silveira, a lógica do Pasto sobre Pasto está em mesclar plantas forrageiras na mesma área, iniciando um novo ciclo de crescimento do pasto sobre outro ciclo, sem remover as diferentes forrageiras em produção. Com isso, é possível ter maior estabilidade na oferta de forragem ao longo do ano, principalmente nos períodos de transição entre as estações frias e quentes do ano, quando ocorrem os conhecidos vazios forrageiros. Para tanto são usadas diferentes espécies forrageiras de gramíneas, de inverno e verão, e leguminosas no sistema, buscando a estabilidade e o aumento de oferta de alimento para os animais. Entre as espécies que estão sendo testadas nessas mesclas, por exemplo, a aveia entra como uma alternativa importante nos desenhos de sistemas de produção.

Outro foco das pesquisas da Embrapa está voltado à avaliação nutricional dos cereais de inverno para compor a dieta dos animais frente a escassez de milho no mercado. “É possível substituir parte do milho, seja em grãos ou volumoso, na alimentação dos bovinos sem comprometer o ganho de peso”, explica o engenheiro agrônomo da Embrapa Trigo, Marcelo Klein.

Confira o comparativo de valor nutricional das forragens de cereais de inverno* com a silagem de milho:

Qualidade no Angus

O gado da raça Angus forma rebanhos por todo o País, com a qualidade da carne reconhecida pelo consumidor por oferecer cortes de alta suculência, sabor diferenciado e gordura na medida certa.

Na Cooperaliança, com sede em Guarapuava, PR, 177 cooperados trabalham com cria, recria, engorda e terminação de Angus. No frigorífico da cooperativa são 30 mil cabeças abatidas por ano.

A avaliação de cereais de inverno para forrageamento dos animais começou há cinco anos, com análises a campo e em laboratório de culturas como trigo, aveia, centeio, cevada e triticale. “Com o avanço da soja e do milho sobre a pecuária vimos a necessidade de aprimorar a alimentação do gado, que fica até oito meses nas propriedades dos cooperados em recria e terminação”, conta o engenheiro agrônomo da Cooperaliança, Rodolfo Carletto (foto à direita). Segundo ele, o volumoso servido no cocho era baseado na silagem de milho, mas a entrada prematura da suplementação com grãos e o excesso de carboidratos (amido) acabava achatando a curva de crescimento dos animais: “Verificamos que as vísceras estavam ficando comprometidas. Até 50% do fígado acabava descartado por lesões”. O problema, conforme Rodolfo, foi significativamente reduzido com o uso de cereais de inverno que apresentam maior teor de proteínas (11%) e menor teor de carboidratos (30% de amido) do que o milho, que apresentou 7% de proteínas, 35% de amido na silagem e 75% de amido nos grãos.

A escolha da Cooperaliança tem sido o triticale nos últimos dois anos, especialmente na terminação de machos, na qual o resultado no incremento de carcaça chega a 2%, com boa estrutura óssea e muscular. Em novilhas, o triticale também obteve avaliação positiva, promovendo o crescimento dos animais mais do que a engorda. “O produtor gostou do triticale pela facilidade de cultivo, a rusticidade e o bom volume de massa verde que chegou a 28 toneladas por hectare, ou 9,5 toneladas de massa seca por hectare. O aproveitamento dos dejetos para fazer a adubação também reduz bastante os custos de produção que podem ser direcionados apenas à aquisição da semente e à aplicação de fungicidas no espigamento”, avalia Carletto. A área destinada ao triticale na cooperativa passou de 430 ha em 2021 para 750 ha neste ano, com a cultivar BRS Surubim.

Confira a composição bromatológica da silagem de triticale x silagem de milho verificada na Cooperaliança:

Cevada como alternativa

A zootecnista Maryon Carbonare trabalha com forragem conservada há mais de dez anos, prestando consultoria na região dos campos gerais do Paraná. Uma das propriedades acompanhadas por ela na MS DC

Consultoria em Ponta Grossa, PR, enfrentou a falta de milho para alimentar o rebanho de 400 animais, das raças Angus e Canchim, em sistema de cria e recria. “Acabou a silagem de milho e orientamos o produtor a colher os 32 hectares de cevada cervejeira que estava destinada a colheita de grãos. Fizemos silagem de cevada de planta inteira que abasteceu o plantel durante quatro meses, mantendo o ganho de peso e a taxa de reprodução”, conta ela.

Enquanto a média de rendimento de massa verde na aveia foi de 20 toneladas por hectare, a cevada produziu 35 toneladas de massa verde (ou 12 toneladas de massa seca). Contudo, quando comparada à silagem de milho, os custos de produção quase dobraram: R\$ 0,55 kg/MS no milho e R\$ 1,00 kg/MS na cevada. “Mesmo com custos mais altos, não podemos ficar dependentes somente do milho. Podemos produzir volumosos energéticos também no inverno”, conta Maryon, que também fomenta o uso de cereais como triticale, trigo e aveia na produção de forragem conservada.

Wagyu – a carne mais cara do mundo

O preço da carne de Wagyu pode ultrapassar R\$ 1.000,00/kg. O diferencial segundo os especialistas está no marmoreio, gordura entremeada na carne que derrete durante o preparo resultando num sabor comparável à experiência de um “chocolate suíço derretendo na boca”.

A raça japonesa chegou ao Brasil em 1992 e hoje conta com um rebanho próximo a nove mil cabeças de Red Wagyu e Black Wagyu. No norte do Rio Grande do Sul, no município de Paim Filho, os médicos veterinários Ricardo e Eraldo Zanella começaram a criação de Wagyu há 20 anos. Hoje, a Agropecuária Zanella conta com um plantel de 100 cabeças de animais puros das raças Wagyu, destinados à produção e comercialização de genética, com criação nos estados do RS, SC, PR, SP e MG.

“O sêmen do Wagyu está sendo muito utilizado no cruzamento industrial, principalmente com outras raças como é o caso do Angus, Hereford e Nelore, visando à produção de carnes nobres, principalmente por aumentar o grau de marmoreio da carne. Assim, estima-se que o cruzamento com outras raças ultrapasse 25 mil animais no Brasil”, conta Ricardo Zanella, que também é membro da Diretoria da Associação Brasileira dos Criadores de Bovinos das Raças Wagyu.

Na Agropecuária Zanella, os animais são selecionados por avaliações genéticas criteriosas, e os que passam no processo de seleção vão para um sistema de criação extensivo, onde ficam dois anos no pasto e depois são encaminhados ao confinamento em São Paulo, onde passam da engorda à terminação até alcançar 750 kg de peso vivo no ciclo completo de 36 meses.

A pastagem sempre contou com campo nativo, aveia, azevém, sorgo e capim sudão, além de silagem de triticale. A primeira experiência com trigo na forragem foi em 2021, quando a parceria com a Embrapa Trigo levou até o produtor sementes das cultivares BRS Tarumã, BRS Tarumaxi e BRS Pastoreio.

Os animais entraram na pastagem de trigo com 25 a 30 cm de altura e saíram quando as plantas atingiam de 5 a 10 cm. O início do pastejo começou no final de junho e se estendeu até o início de outubro. A carga animal foi de 700 kg/ha de peso vivo (entre quatro e cinco cabeças). O método de pastejo foi o rotacionado ou intermitente, mantendo os animais de três a sete dias em cada piquete, retornando após 15 a 25 dias. Após cada saída, foi realizada a adubação com ureia (70 kg/ha) para estimular o rebrote das plantas.

No resultado final, a produção de matéria seca com pastagem de trigo ultrapassou 6000 kg/ha. O ganho de peso vivo chegou a 1,76 kg/novilha/dia em média, com alguns ganhando até 2,1 kg/dia. Em comparação, nos animais que ficaram somente na pastagem de aveia o ganho de peso foi de 1,0 kg/dia.

Em 100 dias no pasto, o gado saiu com 392 kg/animal. “Os bovinos dobraram de peso em pouco mais de três meses na pastagem de trigo. A meta agora é chegar a 460 kg/animal nos dois anos de cria e terminação, ou seja, manter o ganho sem perder o bem-estar animal”, avalia Ricardo Zanella.

Brasil e Egito querem ampliar o comércio bilateral de produtos agropecuários



Em reunião com ministros do Egito, Marcos Montes ressaltou a boa relação dos dois países

delegação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) esteve nesta terça-feira (10) reunida com representantes dos Ministérios da Agricultura e do Abastecimento do Egito. Em reunião com o vice-ministro da Agricultura do Egito, Moustafa El Sayeed, o ministro Marcos Montes destacou a boa relação comercial do Brasil com o país africano e a disposição para melhorar o comércio de produtos agropecuários entre os dois

países, a fim de atingir todo o potencial do comércio bilateral.

“Esse relacionamento é muito importante para os dois países, especialmente neste momento de preocupação com a segurança alimentar mundial”, disse Montes. Segundo ele, o ministro egípcio também garantiu que irá intermediar com o setor privado do país para que empresas privadas aumentem o fornecimento de fertilizantes para o Brasil.

Os temas sanitários também estiveram na pauta da reunião. O Ministro egípcio se comprometeu em manter os

temas brasileiros em alta prioridade, como as análises das listas de estabelecimentos brasileiros habilitados a serem atualizadas até outubro de 2022, além de solicitar ao Brasil atenção às demandas de exportação de frutas egípcias.

Nessa mesma reunião, a Embrapa assinou um Memorando de Entendimentos com a Agriculture Research Center (ARC) do Egito para intercâmbio de tecnologias em genética, sanidade, irrigação, mudanças climáticas e biotecnologia. Válido por cinco anos, o acordo inclui áreas como saúde e segurança de animais e plantas, melhoramento genético, uso de novas tecnologias como biotecnologia, nanotecnologia e técnicas geológicas na melhoria das qualidades do solo e dos produtos agrícolas. Também prevê o intercâmbio de especialistas e programas de treinamento entre os dois países.

Na agenda com o ministro do Abastecimento, Aly Al Moselhy, foram discutidas melhorias nos modelos de acesso a informações de leilões do governo para ampliar a participação dos empresários brasileiros. Outro tema tratado foi o início de estudos conjuntos para o equilíbrio de mercados entre fertilizantes vindos do Egito e produtos brasileiros destinados a este país.

Também participaram das reuniões com o governo do Egito o adido agrícola no Cairo, Cesar Simas Teles, e o embaixador do Brasil no Egito, Antonio Patriota. Nos próximos dias, a delegação se deslocará para o Marrocos onde fará a última etapa da missão internacional.

Mercado

O Egito é o principal destino das exportações brasileiras para a África, sendo que mais de 70% desse total é de produtos agrícolas. As exportações brasileiras do agronegócio para o Egito foram de cerca de US\$ 1,6 bilhão, em média, nos últimos 10 anos.

Quatro produtos concentram quase 90% da pauta exportadora para o Egito: carne bovina in natura, carne de frango in natura, açúcar bruto e milho.

As exportações do Egito ao Brasil somaram cerca de US\$ 50 milhões em 2021, sendo que azeitonas em conserva e plantas para medicina ou perfumaria representaram 65% do total.

Desde 2019, foram abertos 21 novos mercados para produtos brasileiros do agronegócio no Egito: 11 tipos de sementes, caprinos vivos, ovinos vivos, leite e produtos lácteos, miúdos bovinos, carne e produtos cárneos de aves, cortes de frango, produtos cárneos de suínos, feijão, fêmeas bovinas para reprodução e gengibre.

Bioinsumos podem ser aliados da produtividade em culturas orgânicas e convencionais

Programa lançado pelo Mapa promove o acesso, o desenvolvimento e o uso sustentável da rica diversidade biológica brasileira

aumento da produtividade, aliado à redução de custos e ao desenvolvimento de sistemas de plantio baseados em recursos mais sustentáveis são alguns dos principais atrativos para o uso de bioinsumos, que vem crescendo a cada ano no Brasil. Tanto na agricultura orgânica como na convencional, produtores buscam cada vez mais esse recurso para a nutrição de fertilizantes no solo ou no controle de pragas que atacam a lavoura.

Há 30 anos, o produtor Joe Valle cultiva insumos biológicos em sua fazenda especializada em produção agropecuária de produtos orgânicos. Localizada no núcleo rural Lamarão, em Brasília, a fazenda tem 50 hectares de hortaliças e também produz frutas, leite, ovos e até carne orgânica.

Para ele, os bioinsumos facilitam a produção de orgânicos e proporcionam alimentos mais saudáveis para a sociedade. Ele destaca que os bioinsumos feitos na Fazenda são resultado de metodologias já consagradas. “Hoje, a maioria dos produtos usados nas lavouras são produzidos na própria fazenda. A cama dos animais da propriedade, por exemplo, é feita a partir de uma mistura de resíduos orgânicos com rochas remineralizadas”, esclarece.

Esta mistura passa por um processo de compostagem, com duas “reviragens” por dia, usando rochas sedimentares, com a adição de serragem, carvão e esterco. A mistura é processada e transferida para o processo de compostagem. Quando o composto está maduro, é utilizado como nutriente para as plantas.

A Fazenda também produz um chá composto feito por um pool de microrganismos para garantir o equilíbrio do ambiente e, assim, deixar as plantas mais fortes. “Trabalhamos com extrato de alga, extrato de peixe, melão e uma fonte de carboidrato que é o polvilho. Assim, criamos essa quantidade de microrganismo composto benéfico, com bastante oxigênio, multiplicador, que serve de insumo no campo”, explicou.

Para Joe Valle, o Programa Nacional de Bioinsumos lançado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária

e Abastecimento há três meses, é o caminho do futuro. “É uma ferramenta fundamental para aumentar a escala de orgânicos no Brasil”, explica.

Cultivo de tomate orgânico na Fazenda Malunga

Agricultura convencional

Mas não é só na produção de orgânicos que o uso de bioinsumos traz benefícios. Na Fazenda Nova Aliança, em Planaltina (DF), há oito anos os bioinsumos são usados no plantio de feijão, soja e milho. “Hoje quase não utilizamos mais produtos químicos. Nós preparamos o solo com o plantio direto e com o uso de adubos equilibrados”, conta o engenheiro agrônomo e produtor rural Hélio Dal Bello.

Para ele, é crescente no Brasil a adesão de produtores rurais às práticas de agricultura sustentável e econômica, que utilizam mais bioinsumos e organismos biológicos. “Investimos na agricultura sustentável, precisamos ser responsáveis, cuidar dos córregos e manter a mata auxiliar nas lavouras. O Programa Nacional de Bioinsumos incentiva a utilização de recursos biológicos na agropecuária brasileira. Os produtores estão obtendo resultados e buscando mais informações sobre os bioinsumos”, comenta.

O número de defensivos biológicos registrados no Ministério da Agricultura tem avançado. São 275 produtos, entre bioacaricidas, bioinseticidas, biofungicidas e bioformicidas, e 321 inoculantes, um insumo biológico que contém micro-organismos com ação benéfica para o crescimento das plantas.

Plantação de feijão na Fazenda Nova Aliança

Mercado

Em 2019, o mercado de bioinsumos nacional movimentou R\$ 675 milhões, crescimento de 15% em relação a 2018, e acima da média estimada de crescimento internacional. Os dados são da Croplife Brasil, associação que representa as indústrias de desenvolvimento e inovação nas áreas de biotecnologia, germoplasma, defensivo químico e biodefensivo. A média global de novos produtos biológicos registrados, por ano, aumentou de três para 11 na última



década.

Ainda, de acordo com a associação, em 2018, o setor realizou uma pesquisa, envolvendo usuários de insumos biológicos em 15 estados e em 11 culturas diferentes. O estudo concluiu que 96% dos pesquisados acreditam que o uso (taxa de adoção) de biodefensivos irá crescer nos próximos cinco anos.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Mapa, conta com um extenso trabalho de pesquisa dedicado ao controle biológico. São 632 pesquisadores trabalhando em 73 projetos relacionados ao tema e distribuídos em 40 unidades.

Programa Bioinsumos

O objetivo do Programa Nacional de Bioinsumos é aproveitar o potencial da biodiversidade brasileira para reduzir a dependência dos produtores rurais em relação aos insumos importados e ampliar oferta de matéria-prima para setor.

O diretor de Inovação do Mapa, Cleber Oliveira Soares, ressalta que o programa é um dos pilares da visão de bioeconomia que a pasta está desenvolvendo para promover o acesso, o desenvolvimento e o uso sustentável da rica diversidade biológica brasileira. “O Brasil é responsável por abrigar a maior biodiversidade do mundo. Os bioinsumos contribuem para o desenvolvimento de novas soluções tecnológicas, como também geram

renda, riqueza e qualidade de vida para os produtores, inseridos nos diferentes elos das cadeias produtivas da agricultura”, avalia.

Pesquisas

A produção de insumos biológicos demanda conhecimentos técnicos e controle de qualidade durante as etapas de produção e do produto final para que possa promover os benefícios ambientais e econômicos.

Para o diretor do IMAmt (Instituto Mato-Grossense de Algodão), Álvaro Salles, a demanda por insumos biológicos para uso na agropecuária é cada vez maior na produção convencional. “Percorremos o Mato Grosso, Pará, Amazonas, Rondônia e Tocantins. Investimos em pesquisa contra fungos, vírus e bactérias para encontrar alternativas e usar bioinsumos que façam o controle biológico de fungos e praga”, explica.

O IMAmt investe no controle do bicudo, controle de lepidópteros, principalmente Spodoptera (que gradativamente vem aumentando a resistência), controle dos nematoides e controle da mosca branca, entre outras pragas.

“É necessário reduzir custos de produção, diminuir o impacto ao meio ambiente e buscar uma agricultura mais sustentável. Todos os trabalhos do IMAmt são voltados para a pesquisa e inovação, buscando a longevidade do sistema de cultivo Mato-Grossense”, conclui Salles.

Embrapa sugere alteração no limite máximo tolerável de cobre para o mercado das castanhas



Nota técnica assinada pela Embrapa Agroindústria Tropical forneceu subsídios para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) emitisse parecer favorável à alteração do limite máximo tolerável de contaminantes (LMT) de cobre em castanhas, passando de 10 mg/kg para 30 mg/kg. A medida abrange castanhas, nozes, pistaches, avelãs, macadâmia e amêndoas.

Havia preocupação, por parte do setor, com o limite anteriormente estabelecido, que poderia inviabilizar a produção e a comercialização do produto. Atendendo a uma demanda da indústria de amêndoas de caju, a Unidade realizou o estudo que determinou os novos parâmetros de segurança alimentar. Os pesquisadores Marlos Bezerra e Carlos Taniguchi assinam a nota técnica que descreve como se manifesta a presença do cobre nas castanhas de caju, comprovando que o material faz parte da fisiologia da planta. Os teores de cobre encontrados no fruto são oriundos do processo natural de nutrição da espécie.

Após analisar as evidências apresentadas, a Anvisa concluiu que "o LMT anterior era desproporcional, já que não refletia adequadamente a ocorrência natural do cobre nestes alimentos". O novo índice foi publicado na Instrução

Normativa nº 152, de 3 de maio de 2022. A indefinição sobre os indicadores colocaria em risco a indústria de processamento de castanha de caju no Brasil, uma vez que os produtos estariam sendo comercializados fora da norma.

"Não houve nenhum problema para a indústria, haja vista que a correção foi realizada um dia antes da instrução normativa entrar em vigor. Caso não tivesse havido essa reversão com o nosso trabalho, aí sim, as indústrias iriam sofrer restrições para a venda das amêndoas", avalia Bezerra.

De acordo com Gustavo Saavedra, chefe-geral da Embrapa Agroindústria Tropical, os pesquisadores realizaram um levantamento meticuloso a fim de encontrar alguma relação entre doenças relacionadas ao consumo de cobre. "Nada foi encontrado, muito pelo contrário: o cobre presente nas amêndoas é apontado como um fator benéfico para a saúde humana. Nós seres humanos também precisamos de cobre, em pequenas quantidades, por isso a Anvisa é tão cuidadosa com isso", afirma.

"O estabelecimento do novo valor garante a segurança do alimento que chega ao consumidor, bem como a viabilidade operacional de todo um segmento industrial e dos produtores a ele associados. Além disso, em outros países consumi-

dores e produtores da castanha de caju, o indicador é equivalente ou superior ao previsto pela instrução da Anvisa", complementa o chefe.

Articulação e reconhecimento De acordo com Marlos Bezerra, o pedido de correção foi feito pela Associação Brasileira de Nozes, Castanhas e Frutas Secas (ABNC). Em resposta, a Anvisa solicitou dados técnicos que fundamentassem a solicitação. "Fomos contactados e preparamos a nota técnica que foi enviada à Anvisa por meio dessa associação. Em seguida, a Embrapa Agroindústria Tropical atuou junto aos setores produtivo e político para que a nota fosse colocada em discussão antes da entrada em vigor da instrução normativa", explicou.

Em virtude da repercussão do acontecido na cadeia produtiva de caju, a Embrapa Agroindústria Tropical realizou uma transmissão ao vivo, em seu canal no YouTube, no último dia 5, para prestar mais esclarecimentos. Em reunião ocorrida em Brasília (DF) no começo deste mês, a deputada federal e ex-ministra da Agricultura, Tereza Cristina, destacou o papel da Embrapa na elaboração da nota técnica que estabeleceu os limites máximos tolerados de contaminantes na castanha de caju, permitindo que a atuação do setor não fosse inviabilizada.

Campanha Anual de Promoção do Produto Orgânico



A campanha visa estimular o conhecimento e o consumo de produtos orgânicos

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) lançou, de forma virtual, nesta sexta-feira (20) a XVIII Campanha Anual de Promoção do Produto Orgânico, com o slogan "Produto Orgânico, Melhor para Vida". Durante a campanha, serão realizadas atividades pelo país para divulgar as características da produção orgânica. O consumidor poderá saber também como é feito o controle para garantia da qualidade desses produtos.

No evento, o secretário-adjunto de Defesa Agropecuária, Márcio Rezende, destacou que a produção orgânica brasileira leva em consideração os aspectos sociais e ambientais, além de preservar as tradições. Segundo ele, o Mapa trabalha para que o setor busque ganhar escala, sem perder suas características, entre elas a produção aliada à sustentabilidade. "Entendemos que a produção orgânica é parte de um processo produtivo, que dentro das atribuições do Ministério da Agricultura, não está limitado apenas à produção orgânica, mas entendemos a importância da produção, assistência técnica e o desenvolvimento tecnológico".

Já o diretor do Departamento de Serviços Técnicos da SDA, José Luis Ravagnani Vargas, ressaltou que um dos desafios é internacionalizar os orgânicos brasileiros. "Se começarmos a investir mais nessa questão internacional da busca por reconhecimento da nossa equivalência, isso vai provocar um reconhecimento da nossa produção orgânica. Vamos conseguir demonstrar e apresentar para o mundo a importância da nossa agricultura orgânica e a capacidade da nossa produção em ajudar outros países". Atualmente, há um acordo que possibilita a exportação de produtos orgânicos para o Chile.

Os produtores José Cunha, presidente da Associação dos Produtores Orgânicos do Tapajós, e Ana Maria Oliveira, presidente da Abio-RJ, apresentaram as demandas e desafios do setor, encaminhadas ao Mapa por meio de carta. Eles citaram, como exemplos, ampliar a oferta de assistência técnica e disseminação de tecnologias. "A demanda é crescente e precisamos aprimorar os conhecimentos na produção orgânica", disse José Cunha.

Especialistas debatem inovações na regulamentação de uso de drones no setor agropecuário

Os drones são usados para aplicação de defensivos agrícolas, adjuvantes, fertilizantes, inoculantes, corretivos e sementes

regulamentação do uso de drones agrícolas para pulverização e dispersão de sólidos em propriedades rurais brasileiras foi elogiada na tarde desta terça (17) durante o primeiro dia da DroneShow, feira especializada em drones que ocorre na capital paulista. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) publicou a portaria nº 298 em 21 de setembro do ano passado, o que fez do Brasil um dos poucos países do mundo a normatizar as operações agrícolas com aeronaves não tripuladas.

Em uma mesa que debateu o tema na feira, os três palestrantes reconheceram o avanço da portaria para o agro brasileiro. Os drones são usados para aplicação de agrotóxicos e afins, adjuvantes, fertili-

zantes, inoculantes, corretivos e sementes.

O engenheiro agrícola Lucas Fernandes de Souza, vinculado à Superintendência Federal de Agricultura de São Paulo (SFA-SP), a representação do Mapa no estado, falou sobre "Regulamentação para pulverização e controle biológico com drones". Ele mostrou o sistema Sipeagro, onde são registradas as aeronaves, falou sobre a capacitação obrigatória para os operadores e explicou como é feito o descarte da calda que sobra no reservatório após a pulverização.

"A preocupação do ministério é a segurança operacional. Com base em pesquisas científicas, entendemos que as distâncias de aplicação preconizadas na normativa são seguras. Como a tecnologia avança muito rápido, a normativa do Mapa também pode sofrer alterações sempre que for preciso", explicou

o engenheiro, que tem doutorado em agronomia, na área de física do ambiente agrícola, pela Esalq (Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz).

O empresário André Veiga, da ALSV, também abordou a regulamentação brasileira e a classificou como ágil (feita em poucos anos), realista (manteve a previsão do uso de aeronaves maiores) e pouco burocrática ("o cadastro no Sipeagro é fácil, rápido e pouco custoso"). Ele também destacou que a portaria protege e estimula quem opera os drones no campo de forma correta.

Outro palestrante, o consultor Eugênio Schroder, de Pelotas (RS), apresentou oito "segredos" para iniciar uma empresa de drones. Ele atua há 20 anos no mercado e oferece formação e suporte para interessados em adotar as aeronaves.

Exportações de cafés da Ásia & Oceania atingem 5,03 milhões de sacas em março de 2022

Relatório sobre o mercado de

Café

abril 2022



ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL
DO CAFÉ

As exportações de todas as formas de café, em nível mundial, exclusivamente no mês de março do corrente ano, totalizaram um volume físico equivalente a 13,16 milhões de sacas de 60kg, o que representa um ligeiro aumento de 4% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Tal aumento é atribuído principalmente aos países produtores da Ásia & Oceania que, pela primeira vez, romperam a barreira dos 5 milhões de sacas exportadas em um único mês, com 5,03 milhões de sacas vendidas, as quais representam um crescimento de 19,4%, na comparação com o total exportado por essa região no mês de março do ano anterior.

Vale destacar ainda que com essa performance os países produtores de café da Ásia & Oceania pela primeira vez também suplantaram a América do Sul, que ocupava essa posição desde abril de 2018, em volume de exportações em um único mês. Convém salientar que esse aumento expressivo, em grande parte, deve ser creditado ao Vietnã, segundo maior produtor de café do mundo, logo após o Brasil, país asiático que exportou 3,62 milhões de sacas, volume físico que representou um acréscimo de 29,4% das exportações no referido mês.

No mesmo mês de março de 2022, ora em destaque e objeto central desta análise, o volume físico de sacas exportadas pelo México & América Central totalizou 1,91 milhão de unidades de 60kg, o que correspondeu a um decréscimo de 10,1%. A principal razão dessa queda das exportações dessa região foram as vendas ao exterior de Honduras, cujos embarques em março deste ano caíram 22%, de 808 mil sacas para 630 mil, e, também, do México, que caíram 9,3% em março de 2022, de um total de 366 mil sacas para 332 mil sacas, na mesma base comparativa.

Neste mesmo contexto, as exportações de café da África diminuíram 3,8%, passando de 1,29 milhão de sacas de março de 2021 para 1,24 milhão de sacas em março de 2022. A principal razão da

queda das exportações desse continente no mês de março de 2022 é atribuída à Uganda, cujo volume físico vendido aos países importadores teve uma expressiva redução de 16,6%, com 478 mil sacas vendidas, em comparação com 573 mil de sacas exportadas em março de 2021. E a Etiópia teve um ligeiro crescimento (1%) nas suas exportações, que atingiram 230 mil sacas em março de 2022, na comparação com 228 mil sacas em março de 2021. Em contrapartida, as exportações da Tanzânia aumentaram 10,8% em março de 2022, ao atingirem o volume de 116 mil sacas, haja vista que no mesmo mês do ano anterior 104 mil sacas.

Estas análises da performance da cafeicultura mundial sobre exportação, com foco no desempenho do mês de março de 2022, tiveram como fonte de consulta o Relatório sobre o mercado de Café – abril 2022, da Organização Internacional do Café - OIC, o qual está disponível na íntegra no Observatório do Café do Consórcio Pesquisa Café, coordenado pela Embrapa Café. Para tanto, convém enfatizar que Organização Internacional do Café – OIC considera e agrupa no mundo quatro grandes regiões produtoras de cafés, a saber: Ásia & Oceania, México & América Central, África e América do Sul.

Assim, considerando tal divisão da OIC, resta analisar as exportações de café dos países produtores da América do Sul, no mês de março de 2022, cujo volume físico atingiu 4,97 milhões de sacas de 60kg, desempenho que denota um pequeno incremento nas vendas em relação ao total do mesmo mês do ano anterior, que foi de 4,96 milhões de sacas (0,2%). Nesse caso, merece destaque que o Brasil, maior produtor em nível mundial, exportou 3,77 milhões de sacas em março de 2022, e, em março de 2021, 3,83 milhões de sacas, ou seja, houve um decréscimo de 1,5%. E, ainda, que a Colômbia exportou 1,13 milhão de sacas e 1,12 milhão de sacas, respectivamente, na mesma base comparativa, registrando um pequeno aumento de 1,3%.

Mais de 92 mil agricultores familiares irão receber Garantia-Safra em maio



Neste mês, mais de 92 mil agricultores da Bahia e de Minas Gerais irão receber o benefício do Garantia-Safra, conforme a Portaria nº 279. A autorização foi publicada nesta quarta-feira (18) pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O montante em recurso chegará a mais de R\$ 78 milhões.

Em decorrência das medidas de enfrentamento da pandemia do Covid-19, o pagamento integral do benefício será realizado em parcela única de R\$ 850.

O objetivo do Garantia-Safra é certificar a segurança alimentar de agricultores familiares que residem em regiões com risco de perda de safra, por razão de estiagem ou enchentes. Têm direito a receber o benefício os agricultores com renda mensal de até um salário mínimo e meio, quando tiverem perdas de produção em seus municípios igual ou superior a 50%. O benefício Garantia-Safra é disponibilizado obedecendo o calendário de pagamento dos benefícios sociais.

Benefício bloqueado

Os agricultores aderidos ao Garantia-Safra que tiveram a concessão do benefício bloque-

ado nos municípios com autorização de pagamento no mês de maio/2022 devem cumprir com as orientações dispostas na Portaria nº 25, de 08 de julho de 2020, para regularização do benefício.

Caso o benefício esteja bloqueado, o agricultor deve acessar o seu perfil no Sistema de Gerenciamento do Garantia-Safra, clicando neste link, e verificar o motivo do bloqueio conferindo a notificação que consta no perfil. O agricultor terá até 30 dias, após a publicação da Portaria que autoriza o pagamento do benefício, para se manifestar quanto ao bloqueio, por meio do serviço "Solicitar Requerimento de Defesa após Bloqueio do Benefício Garantia-Safra", na plataforma Gov.br

A relação dos agricultores que tiveram o benefício bloqueado, de forma cautelar, será encaminhada pelas Coordenações Estaduais aos gestores municipais.

Outras informações sobre o Garantia-Safra podem ser solicitadas à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Mapa pelo e-mail garantiasafra.cgs@agro.gov.br ou pelo telefone (61) 3218-3319.

Lista de maio dos produtos com direito a bônus do PGPAF é divulgada

Já está disponível a relação dos produtos que receberão o bônus do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). O documento foi publicado no Diário Oficial da União desta terça-feira (10). A relação é atualizada mensalmente. A lista entra em vigor em 10 de maio e tem validade até o dia 9 de junho. Foi incluído na atual lista de bonificação: a borracha no Maranhão.

A Companhia Nacional Abastecimento (Conab), ligada ao Mapa, é o órgão responsável pela realização do cálculo do bônus. Ele é calculado com base no valor médio de mercado e descontado dos financiamentos do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf).

A lista manteve o bônus para o feijão caupi no Amapá, em Mato

Grosso e no Tocantins, para o açaí no Acre. No caso da banana, permanece o bônus para Alagoas e Pernambuco. Já a juta/malva continua com bônus no Amazonas, e o maracujá, no Ceará. O cacau cultivado também segue com o bônus no Amazonas.

O maior bônus concedido foi de 31,55%, para o maracujá, no Ceará, e o segundo maior foi concedido para o açaí (27,89%) no Acre, seguido do feijão caupi no Amapá, com 22,8%.

Dois estados deixarão de bonificar: o Amapá, para o produto açaí, e o Maranhão, para o feijão caupi.

O agricultor beneficiado pelo PGPAF utiliza o bônus como desconto nas parcelas de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).